



A Constituição Federal de 1988 veio à luz num momento histórico marcado pela redemocratização do Brasil e, em 2018, a Carta Republicana completou 30 anos. O Estado, atento aos anseios da sociedade, deve agir em sintonia com os ditames constitucionais e nos limites fixados pelo Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, os artigos desta obra visam descortinar e divulgar as relevantes e estratégicas atividades planejadas e executadas por agentes e servidores públicos que integram carreiras típicas de Estado. Os trabalhos ora publicados retratam os importantes avanços legais e institucionais que ocorreram na seara da prevenção e do combate à corrupção nas últimas décadas, bem como trazem à tona o mapeamento dos desafios ainda existentes para mais melhorias e avanços com vistas à efetiva defesa do Estado e do erário e, em última análise, para bem atender aos reais anseios e interesses da sociedade brasileira.

REGINA TAMAMI HIROSE

Coordenadora

CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

DESAFIOS E AVANÇOS NA PREVENÇÃO E
NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Prefácio

Maria Sylvania Zanella Di Pietro

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins

Direito Administrativo, Direito Econômico, Direito Tributário, Direito Financeiro, Direito Eleitoral, Direito Empresarial, Direito Internacional Público, Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal

Público-alvo/consumidores

Agentes e servidores públicos (magistrados, advogados públicos, membros do Ministério Público, auditores fiscais, delegados, agentes policiais...), docentes, pesquisadores, pós-graduandos, estudantes e advogados.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 10001544

C314 Carreiras típicas de Estado: desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção/ Regina Tamami Hirose (Coord.).- Belo Horizonte : Fórum, 2019.

465p.; 17cm x 24cm
ISBN: 978-85-450-0628-2

1. Direito Constitucional. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Econômico. 4. Direito Tributário. 5. Direito Financeiro. I. Hirose, Regina Tamami. II. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

HIROSE, Regina Tamami (Coord.). *Carreiras típicas de Estado: desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 465p. ISBN 978-85-450-0628-2.

Regina Tamami Hirose

Procuradora da Fazenda Nacional em São Paulo/SP. Coordenadora Nacional do Programa de Educação Fiscal da PGFN. Representante da PGFN no Grupo Nacional de Educação Fiscal (GEF/PNEF). Representante da PGFN na Frente pela Educação em Direitos. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Direito Constitucional e mestre em Direito Internacional pela PUC-SP. Membro da Comissão de Advocacia Pública da OAB/SP.

Autores

Ahmed Sameer El Khatib • Antônio José da Silva Barros • Bruno Maciel dos Santos • Carlos Figueiredo Mourão • Carolina Yumi de Souza • Claudio Carlos Welzel • Gerson Romantini • Glauco Costa Leite • Guilherme Pereira Grassi • João Pedro Gebran Neto • José Elias Asbeg • José Roberto Pimenta Oliveira • Júlio Marcelo de Oliveira • Lidia Maejima • Luís Fernando Marona • Marcel Mascarenhas dos Santos • Marcello Terto e Silva • Marcio Ponciano da Silva • Maria Carolina Martins e Ortiz Pelosini • Mariana Tavares • Moisés Boaventura Hoyos • Néfi Cordeiro • Otávio Moreira de Castro Neves • Rafael Fernandes Souza Dantas • Rafael Prandini Rodrigues • Raphael Diógenes Serafim Vieira • Regina Tamami Hirose • Renato Rabe • Roberto Livianu • Roberto Zaninelli Covelo Tizon • Sandro Couto • Victor Jen Ou • Wallace Paiva Martins Junior

SUMÁRIO

PREFÁCIO

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO	19
Constituição cidadã: valorização dos princípios e dos direitos individuais	19
Do princípio da moralidade administrativa e do combate à corrupção	22
Da corrupção	24
O papel das carreiras típicas de Estado no combate à corrupção	25
Dificuldades e desafios	29
Algumas sugestões	30

NÍVEIS DE CORRUPÇÃO NO BRASIL AO LONGO DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE DOS ESCÂNDALOS OCORRIDOS ENTRE 1988 E 2013

AHMED SAMEER EL KHATIB	33
1 Introdução	33
1.1 Contextualização	33
1.2 Como mensurar a corrupção?	35
1.3 Pesquisas baseadas na percepção	36
1.4 Pesquisas baseadas em experiências	37
2 Níveis de corrupção	38
2.1 Governos estaduais e municipais	39
2.2 Partidos políticos	39
2.3 Legislatura	40
2.4 Poder Judiciário	40
3 Escândalos de corrupção e respostas governamentais entre 1988 e 2013	41
4 Supervisão, investigação e punição da corrupção no Brasil	45
4.1 Supervisão em nível federal	45
4.2 Investigação em nível federal	46
4.3 Punição em nível federal	48
4.4 Prestação de contas	49
5 Considerações finais	50
Referências	51

AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ACOMPANHAMENTO CIDADÃO DA GESTÃO PÚBLICA SEGUNDO O MARCO CONSTITUCIONAL: A EXPERIÊNCIA DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS

ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA BARROS	55
1 Introdução	55
2 A redemocratização brasileira e o nascimento da cidadania ativa	56
3 O controle social na Constituição Federal de 1988	57
4 Germina uma semente cidadã no Paraná	58
5 Os primeiros anos e a metodologia premiada	60
6 O custo social da corrupção nos municípios mais pobres	62
7 O marco legal participativo brasileiro	63
8 OSB: o sistema brasileiro de Observatórios Sociais	65
9 Conclusão: desafios e perspectivas	67
Referências	68

O COMBATE À FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA PELA PGE/SP

BRUNO MACIEL DOS SANTOS	71
Introdução	71
1 A gestão da dívida ativa e as estratégias para recuperação de ativos no Estado de São Paulo	72
2 O combate à fraude fiscal estruturada no Estado de São Paulo	73
2.1 A identificação da fraude e a alegação de planejamento tributário	76
2.2 O caminho da recuperação judicial	79
3 Invertendo o tempo do processo: identificação do real beneficiário e indisponibilização do patrimônio	80
4 A importância da atuação interinstitucional	82
Considerações finais	83
Referências	84

A ESSENCIALIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARA A EDIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA E O ALARMANTE DÉFICIT DA ADVOCACIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS

CARLOS FIGUEIREDO MOURÃO, RAPHAEL DIÓGENES SERAFIM VIEIRA	85
1 Introdução	85
2 O público e o privado: a essencialidade das instituições para a preservação do Estado Democrático de Direito	87
3 O surgimento da advocacia pública municipal no Brasil.....	89
4 A essencialidade da Advocacia Pública para o Estado Democrático de Direito	90
5 Institucionalização das procuradorias municipais: principais resultados do 1º Diagnóstico de Advocacia Pública Municipal no Brasil	91
5.1 Do déficit institucional de Procuradores Efetivos nos Municípios Brasileiros – levantamento do 1º Diagnóstico da Advocacia Pública Municipal no Brasil (2017)	91
5.2 Das eficiências geradas para a Administração Pública dotada de Procuradoria.....	95
6 A atuação da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM) em prol da institucionalização da Advocacia Pública Municipal.....	97
7 Conclusões.....	99
Referências.....	101

SISTEMA ANTICORRUPÇÃO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O PAPEL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CAROLINA YUMI DE SOUZA	103
1 Introdução – Quadro geral do sistema anticorrupção: Constituição de 1988, cenário internacional e articulação interna	103
1.1 A Constituição de 1988 e o sistema anticorrupção.....	103
1.2 Normas internacionais.....	105
1.3 Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)	107
2 Lei de Improbidade Administrativa e atuação da AGU.....	108
2.1 Lei da Improbidade Administrativa.....	108
2.1.1 Tipificação dos atos de improbidade.....	109
2.1.2 Sujeitos do ato de improbidade.....	110
2.1.3 Medidas cautelares patrimoniais: indisponibilidade de bens	111
2.1.4 Ressarcimento ao erário: imprescritibilidade.....	113
2.1.5 Legitimidade	115
2.2 Atuação da Advocacia-Geral da União (AGU)	116
3 Considerações finais: desafios	118
Referências.....	120

O PAPEL DO SISTEMA FINANCEIRO NO SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

GERSON ROMANTINI	121
1 Introdução	121
2 Modelo internacional de prevenção e combate	123
3 Edição da Lei nº 9.613	125
4 Pessoas obrigadas	125
5 Papel do Banco Central e demais órgãos de supervisão	126
6 Obrigação de comunicar	127
7 Tipos administrativos.....	128
8 Evolução do regime administrativo	130
9 Considerações finais	134
Referências.....	134

REELEIÇÃO PRESIDENCIAL NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA QUALIDADE DEMOCRÁTICA E NO COMBATE À CORRUPÇÃO

GLAUCO COSTA LEITE	135
1 Introdução	135
2 Apontamentos históricos	136
3 Modalidades de reeleição presidencial	139
4 Democracia, corrupção e reeleição	139
5 Considerações finais	144
Referências.....	145

A INVESTIGAÇÃO QUE FIXOU NOVOS PARADIGMAS NO COMBATE À CORRUPÇÃO

JOÃO PEDRO GEBRAN NETO, LUÍS FERNANDO MARONA	147
1 O início.....	147
2 O contexto inicial das investigações sobre crimes financeiros	148

3	Novos paradigmas – um novo olhar sobre o processo penal.....	149
3.1	A orientação dos órgãos jurisdicionais.....	150
3.2	O auxílio fundamental do instituto da colaboração premiada.....	151
3.3	Do standart probatório para aferição da responsabilidade criminal do agente.....	153
3.4	Elementos de corroboração das declarações do colaborador e a mutual corroboration.....	155
3.5	Da execução das penas após julgamento em segundo grau.....	158
4	Considerações finais: um tempo de alerta.....	163
	Referências.....	165

ADUANA BRASILEIRA: AUMENTO DA FLUIDEZ DO COMÉRCIO EXTERIOR X COMBATE AOS ILÍCITOS ADUANEIROS E À CORRUPÇÃO

JOSÉ ELIAS ASBEG.....	167	
1	Introdução.....	167
2	Apontamentos históricos.....	168
3	Fluidez do comércio exterior e o combate aos ilícitos aduaneiros e à corrupção.....	170
3.1	Fluidez do comércio exterior.....	170
3.2	Combate aos ilícitos aduaneiros.....	172
	Operação Lava Jato.....	177
	Operação <i>Calicute</i>	177
	Operação <i>Cui Bono</i>	177
3.3	Combate à corrupção.....	177
4	Considerações finais.....	178
	Referências.....	179

DESAFIOS E AVANÇOS NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À CORRUPÇÃO, NA ATUAÇÃO CÍVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA.....	181	
I	Introdução.....	181
II	Avanços e desafios na procedimentalização interna da atuação finalística.....	182
III	Avanços e desafios na forma de estruturação de câmaras do MPF.....	184
IV	Avanços e desafios na forma de estruturação de NCCs no MPF.....	186
V	Avanços e desafios na implementação do planejamento estratégico do MPF.....	188
VI	Avanços e desafios na consolidação da legislação de improbidade administrativa.....	189
VII	Avanços e desafios na integração sistemática da Lei nº 12.846/2013.....	195

O CONTROLE EXTERNO NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À CORRUPÇÃO

JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA.....	199	
1	Introdução.....	199
2	Estrutura e forma de atuação do controle externo.....	201
3	O Ministério Público de Contas.....	204
4	A primeira trincheira no combate à corrupção.....	206
5	Desafios para o aprimoramento do controle externo.....	207
6	A atuação coordenada dos órgãos do Estado.....	211
7	Reações ao controle externo e ao combate à corrupção.....	212
8	Conclusões.....	213
	Referências.....	214

O COMBATE À CORRUPÇÃO AO LONGO DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: MARCOS DE UMA EVOLUÇÃO NORMATIVA E JURISPRUDENCIAL

LIDIA MAEJIMA.....	215	
1	Corrupção no Brasil.....	215
2	Evolução normativa e jurisprudencial no combate à corrupção.....	217
2.1	A Constituição Federal de 1988.....	217
2.2	Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).....	219
2.3	Lei de Combate à “Lavagem” de Bens, Direitos e Valores (Lei nº 9.613/1998).....	220
2.4	Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010).....	221
2.5	Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).....	222
2.6	Lei de Combate às Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013).....	223
2.7	Prerrogativa de investigação criminal do Ministério Público.....	227
2.8	Execução penal.....	228
3	Considerações finais.....	231
	Referências.....	232

ATUAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E À CORRUPÇÃO

MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS.....	235
1 Introdução	235
2 Desenvolvimento.....	236
2.1 Preceitos constitucionais relevantes e o princípio da colaboração.....	236
2.2 Correlações entre corrupção, lavagem de dinheiro e sistema financeiro.....	238
2.3 Sistemática internacional de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e influência sobre a legislação nacional	240
2.4 Atuação do Banco Central do Brasil decorrente da Lei nº 9.613, de 1998	244
2.4.1 Regulação do sistema financeiro.....	246
2.4.2 Organização do sistema financeiro.....	250
2.4.3 Supervisão do sistema financeiro	250
2.4.4 Relacionamento com instâncias de investigação	253
3 Considerações finais	255
Referências.....	258

NOVO OLHAR SOBRE A FUNCIONALIDADE DA ADVOCACIA PÚBLICA: PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PROATIVIDADE NO COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL

MARCELLO TERTO E SILVA.....	261
1 Introdução	261
2 Breve ensaio sobre a corrupção.....	263
3 A diversificação do Poder como forma de combater a corrupção	265
4 Institucionalidade repressiva e os seus paradoxos	266
5 A Advocacia Pública como organismo interno de cooperação entre o direito e a política	267
6 À guisa de conclusão, algumas premissas de atuação da Advocacia Pública sob nova perspectiva	272
Referências.....	274

FOCOS DE INOVAÇÃO NA POLÍCIA FEDERAL PARA COMBATER A CORRUPÇÃO E O CRIME ORGANIZADO

MARCIO PONCIANO DA SILVA.....	275
1 Introdução	275
2 O desafio da inovação no setor público	276
3 Casos de inovação na Polícia Federal.....	278
3.1 Biblioteca digital da Polícia Federal	278
3.2 Sistema de gestão de polícia judiciária (ePol).....	280
3.3 Parcerias na área educacional.....	280
3.4 Projetos da gestão de pessoas.....	281
4 Mineração de textos em peças de inquéritos policiais: uma proposta de inovação	281
4.1 <i>Corpus</i> textual	282
4.2 Descoberta de conhecimento em inquéritos policiais.....	282
5 Procedimentos metodológicos	283
6 Considerações finais	283
Referências.....	284

ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO CONSULTIVO-PREVENTIVO PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO

MARIA CAROLINA MARTINS E ORTIZ PELOSINI, RAFAEL PRANDINI RODRIGUES	287
1 Introdução	287
2 Da importância da autonomia, independência e concurso público para a execução do trabalho preventivo-consultivo.....	289
3 A realidade das Procuradorias Municipais no Brasil	294
4 O controle interno preventivo exercido pela Advocacia Pública Municipal.....	296
5 Considerações finais	299
Referências.....	300

O PAPEL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO COMBATE À CORRUPÇÃO: APURAÇÃO DE CASOS DE FRAUDE E SONEGAÇÃO, APOIO A FORÇAS-TAREFAS E COMBATE A DESVIOS FUNCIONAIS

MARIANA TAVARES, GUILHERME PEREIRA GRASSI	303
1 Introdução	303
2 Os caminhos trilhados pela Receita Federal no combate à corrupção	304
3 Forças em sintonia.....	305
4 Ação correcional	308
5 300.....	310
6 Conclusão	313
Referências.....	313

RECEITA FEDERAL: O PAPEL DO CONTROLE ADUANEIRO NO COMBATE À CORRUPÇÃO

MOISÉS BOAVENTURA HOYOS.....	315
1 Introdução	315
2 Modernização das administrações aduaneiras	317
3 A Administração Aduaneira no Brasil	322
4 A atuação da Aduana no combate à corrupção e a outros crimes relacionados às atividades do comércio exterior	325
5 Considerações finais	328
Referências.....	329

COLABORAÇÃO PREMIADA E COMBATE À CORRUPÇÃO – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGULANDO O NEGÓCIO JUDICIAL

NÉFI CORDEIRO.....	333
1 Introdução	333
2 Princípios constitucionais da Administração Pública e o negócio judicial da colaboração premiada	334
3 A corrupção e a eficiência da colaboração premiada.....	336
4 Impessoalidade, moralidade e publicidade das negociações.....	338
5 A proporcionalidade como medida da legalidade.....	341
6 Conclusão	347
Referências.....	348

TRANSPARÊNCIA NO ESTADO BRASILEIRO: DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE À POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

OTÁVIO MOREIRA DE CASTRO NEVES	351
Introdução	351
1 A Constituição Federal, a publicidade e o direito de saber	352
1.1 O princípio da publicidade.....	352
1.2 O direito de saber	353
2 Da publicidade à transparência.....	353
3 Da Controladoria-Geral da União ao Ministério da Transparência.....	355
4 Um desenho institucional para a transparência	356
5 A Política de Transparência do Governo Federal.....	357
5.1 Transparência ativa e transparência passiva	359
5.2 O Portal da Transparência.....	360
5.2.1 O caso dos cartões de pagamento do governo federal	362
5.3 Dados abertos governamentais.....	363
5.4 O acesso à informação e o e-SIC.....	364
5.4.1 O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.....	365
5.4.2 A Escala Brasil Transparente	366
6 Desafios.....	367
7 Conclusão	368
Referências.....	368

COMPLIANCE POLICIAL PREVIDENCIÁRIO

RAFAEL FERNANDES SOUZA DANTAS.....	371
1 Os 30 anos da Constituição Federal e a necessidade de concretização do direito fundamental à segurança pública.....	371
2 Breve histórico da persecução penal previdenciária	372
3 Necessidade de novos paradigmas para os trabalhos de polícia judiciária previdenciária.....	372
4 <i>Compliance</i> penal	373
5 <i>Compliance</i> penal no âmbito interno da Administração Federal – Polícia Federal e INSS.....	374
6 Mecanismos para o <i>compliance</i> Polícia Federal e INSS.....	375
6.1 Necessidade de novos mecanismos.....	375
6.2 Laboratório de <i>compliance</i> entre Polícia Federal e INSS.....	376
6.3 Possibilidade de funcionamento do <i>compliance</i> , com a reinterpretação da legislação atual.....	377
6.4 A comunicação de <i>compliance</i> , a prevenção a novos crimes e a previsibilidade objetiva no crime de peculato culposo, em caso de negligência	377
7 Primeiras tarefas do laboratório de <i>compliance</i> e considerações finais	379
Referências.....	380

A ATUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) EM AÇÕES EDUCATIVAS PARA A PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL E FRENTE PELA EDUCAÇÃO EM DIREITOS

REGINA TAMAMI HIROSE	381
1 Introdução	381
2 Breves considerações sobre a corrupção no Brasil e no plano internacional.....	383
3 As perdas de recursos públicos em decorrência da corrupção e da sonegação fiscal	385

4	A atuação da PGFN em ações educativas para a prevenção à corrupção e à sonegação fiscal	388
4.1	Programa Nacional de Educação Fiscal	389
4.2	Frente pela Educação em Direitos	392
5	Considerações finais	393
	Referências.....	394

ADMINISTRAÇÃO DE BENS SEQUESTRADOS E HIPOTECADOS: CASO JORGINA DE FREITAS

RENATO RABE		397
1	Introdução	397
2	O Projeto Bidal – Ministério da Justiça	399
3	A administração de bens na Itália.....	399
4	Arrecadação fruto da administração e venda dos bens dos réus.....	400
5	Bem sequestrado x bem hipotecado	401
6	Natureza jurídica da administração de bens sequestrados destinados ao ressarcimento por ato ilícito.....	402
7	Administração dos bens imóveis	402
8	Necessidade de abertura de conta corrente por réu.....	402
9	Poderes para a Administração	404
10	Intimação dos ocupantes dos imóveis.....	404
11	Requerimento avulso	404
12	Venda judicial	405
13	Conversão em renda dos valores arrecadados.....	410
14	Considerações finais	410

O PROCESSO DE DECADÊNCIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO BRASIL. A CORRUPÇÃO COMO FATOR DE EROÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

ROBERTO LIVIANU		411
1	Introdução	411
2	Desenvolvimento.....	412
3	Considerações finais	417
	Referências.....	418

FISCO PARANAENSE: GESTÃO E INOVAÇÃO NA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON, CLAUDIO CARLOS WELZEL, SANDRO COUTO		419
1	Introdução	419
2	Incremento tecnológico	421
2.1	Combate à sonegação	421
2.2	Controle gerencial da fiscalização.....	422
2.3	Reconhecimento mundial do desenvolvimento tecnológico do Fisco	422
3	Educação fiscal.....	424
3.1	“Vendinha do Fisco”	425
3.2	Teatro da cidadania fiscal.....	425
3.3	NAF (Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal).....	425
3.4	Interação com observatórios sociais e seminários	425
3.5	Programa Nota Paraná	426
4	Inovações na fiscalização.....	428
4.1	Implementação dos documentos e dos livros fiscais eletrônicos	428
4.2	Eficiência na execução de auditoria fiscal	428
4.3	Dispensa de contato pessoal entre contribuintes, contadores e o Fisco	429
4.4	Fiscalização em contribuintes de outra circunscrição.....	429
4.5	Programação Fiscal Estadual (PFE)	430
4.6	Sistema de Gestão Tributária – SGT	430
4.7	Autorregularização	430
5	Combate à corrupção.....	431
5.1	Edição da Lei Complementar nº 192/2015	431
5.2	Edição da Lei nº 19.130/2017.....	432
5.3	Abertura de canais para efetivação de denúncias	433
6	Considerações finais	433
	Referências.....	435

A PARTICIPAÇÃO DA PGFN NO CONTROLE PATRIMONIAL DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO – EVOLUÇÃO E AVANÇOS NECESSÁRIOS

VICTOR JEN OU		437
1	Introdução – histórico e legislação pertinente	437
2	O controle patrimonial (ou sua ausência).....	441
3	Conclusão	447
	Referências.....	448

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E O COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

WALLACE PAIVA MARTINS JUNIOR.....	449
1 Introdução	449
2 A renovação do Ministério Público na cena política, social e jurídica brasileira	451
3 O regime jurídico-constitucional do Ministério Público	453
4 O Ministério Público e a luta contra a improbidade administrativa: considerações retrospectivas e prospectivas.....	456
Referências.....	459
SOBRE OS AUTORES.....	461